

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º**  
**QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Autoridades presentes, boa tarde!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 1º Quadrimestre de 2015, pelo Sr. Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento ao que preceitua o § 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido, para compor a mesa conosco, o Deputado Wagner Ramos, que já se encontra aqui, membro titular desta Comissão Permanente; o Deputado Silvano Amaral, também membro titular desta Comissão; o Deputado Wilson Santos, Presidente da Comissão Permanente de Educação e Líder do Governo; o Secretário de Estado de Fazenda, Paulo Ricardo Brustolin, que já faz parte do dispositivo; o Sr. Carlos Antônio da Rocha, Secretário Adjunto do Tesouro Estadual; o Secretário Adjunto de Administração e Fazenda, Sr. Fernando Carlos Fernandes Dias, e o Sr. Ronaldo Rosa Taveira, Presidente do MT Prev.

Agradeço a presença dos senhores!

Composta a mesa, por questões regimentais, questões de brasilidade, convido todos para, em pé, cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Antes de passar a palavra ao Secretário, eu quero aqui registrar a presença de Meire Romeiro, Coordenadora de Planejamento e Execução Orçamentária do Ministério Público, neste ato representando o Promotor de Justiça, Dr. Mauro Curvo. Estamos sentindo aqui a falta do Mauro Curvo, porque em todas as nossas Audiências Públicas em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal ele sempre esteve presente, representando o Ministério Público. Mas, leve o nosso abraço ao Dr. Mauro.

Quero aqui registrar e convidar para compor a mesa o nosso colega Deputado, Vice-Presidente desta Casa, Eduardo Botelho.

Registramos, também, a presença das seguintes pessoas: Sr<sup>a</sup> Anésia Cristina Batista, Contadora Geral da Secretaria de Estado de Fazenda; Sr. Luís Ormond, Coordenador da Unidade Política e Pesquisa Econômica Aplicada da Secretaria de Estado de Fazenda; Sr. Edmundo César Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo; Sr. Jorge dos Santos, Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso; Cel. Denardi, Superintendente de Planejamento Estratégico desta Casa; servidores da Secretaria de Estado de Fazenda, em nome da nossa querida... Muito obrigado pela presença! A

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

senhora é muito importante, tem dado uma participação importante, uma participação efetiva a este Parlamento e agradecemos.

Por último, registramos a presença da imprensa, que tem feito a diferença neste País e tem nos feito trabalhar bastante.

Muito obrigado pela presença!

Caso haja interesse de alguém da plateia interpelar o Secretário de Estado de Fazenda ou algum membro da sua equipe, poderá fazê-lo com previa inscrição junto ao Cerimonial, registrando os questionamentos sobre o assunto apresentado, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Comunico que o Secretário terá cinco minutos para a resposta.

Convido para fazer uso da palavra o ilustre palestrante, Sr. Carlos Antônio da Rocha, que disporá de vinte minutos para a sua explanação, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Não sei se antes de passar a palavra ao Secretário Adjunto, Sr. Carlos Antônio da Rocha, o Secretário Paulo vai fazer alguma fala.

O senhor fala no final? (PAUSA)

Então, convido o Sr. Carlos Antônio da Rocha, Secretário Adjunto do Tesouro Estadual, para a sua explanação.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Boa-tarde a todos!

Cumprimento este Poder na figura do condutor desta apresentação, o nosso Secretário, enfim, os nossos colegas e todos os presentes.

Meu trabalho será, no momento, apresentar os agregados das informações relativas à execução orçamentária e financeira do primeiro quadrimestre.

O meu nome é Carlos Antônio da Rocha. Sou Fiscal de Tributos Estadual desde 06 de maio de 1985. Estou nessa Instituição há trinta anos.

Primeiro quadrimestre de 2015.

Nós iremos começar com a origem de recurso.

Secretaria de Estado de Fazenda, dois aspectos devem ser observados em sua atividade essencial: A origem dos recursos e a destinação dos recursos.

Nós temos aqui uma informação referente à Receita prevista e a Receita realizada.

Receita prevista: LOA aprovada para o exercício de 2015.

Receita realizada: olhamos aqui o orçamentário bruto a Receita chegou a cinco bilhões cento e quarenta e cinco milhões, uma variação 0,7% em relação ao projetado no orçamento deste ano.

As deduções... Olhando aqui nós vamos ver aqui os repasses aos municípios, previstos setecentos e vinte e cinco milhões e foram repassados setecentos e noventa e quatro milhões, um crescimento em comparação ao previsto de 9,6%.

Nós tivemos, também, um repasse maior para o FUNDEB, Fundo da Educação Básica, em 15%.

Receita Orçamentária Líquida - três bilhões oitocentos e cinquenta milhões. Em síntese, subtraindo aqui o que é previsto e o que efetivamente foi realizado, três bilhões setecentos e setenta e cinco milhões, menos 1,9%.

Receita Intra Orçamentária, nós tivemos aqui 6,4% entre o previsto e o realizado.

Vamos entrar agora no detalhamento.

Orçamentárias Correntes e Orçamentárias de Capital.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Aqui nós podemos ver como as coisas aconteceram em nível agregado, levando em conta os dois grandes grupos de distribuição de Receita que são as Transferências Correntes e de Capital.

Observando aqui a Receita Tributária, nós vamos ver que, em geral, tivemos uma variação de 11,3%, também, entre o previsto na LOA e o realizado efetivamente: cinco bilhões cento e trinta e seis milhões para quatro bilhões seiscentos e quinze milhões.

No âmbito da Receita Tributária uma variação de 13,7% entre o previsto e o realizado; as Transferências Correntes 8,8%.

Olhando as Receitas de Contribuições, um percentual negativo. Vamos ver aqui as demais receitas em 30,7%.

Descendo para o outro grupo, o de Capital previsto: quatrocentos e noventa e dois milhões. Nós vamos ver uma realização pequena. Nós vamos abrir e observar isso com mais detalhe: 98,2% a diferença.

Vamos ver aqui e fazer uma leitura desses fatos.

O que os números falam? O bom é porque número não há fantasia; número é realidade pura e simples.

Nós observar aqui o quê? Orçamentárias de Capital: 8,8 milhões, a realizada em quatrocentos e noventa e dois milhões.

Quando olhamos aqui, vemos que em Operações de Crédito... Este Governo, no primeiro quadrimestre, não teve um centavo de Operações de Crédito.

Queria chamar a atenção: nós tivemos previsto e aprovado setecentos e vinte milhões para estrada, para construção de pontes e investimento em rodovias e a União, o Tesouro não nos avalizou e nós não obtivemos esse recurso.

Aqui poderia ser bem diferente. Nós poderemos ter aqui setecentos e vinte milhões de reais. E aqui se, porventura, os setecentos e vinte milhões tivessem o aval do Tesouro e vissem a comprar a Receita do Tesouro. Fomos frustrados nesse sentido.

Por outro lado, uma previsão de cento e quarenta e dois milhões de Transferências de Capital feitas pela União, voluntárias ou não, o repasse ficou em cinco milhões.

O que falam os números? Os números falam o seguinte: o Estado de Mato Grosso tem sofrido fortemente com essa restrição. A Política Nacional de Contenção de Gastos e de Restrição Financeira da União vem nos impondo uma situação difícil já num momento em que estamos vivendo uma situação difícil. Ou seja, o Estado de Mato Grosso não teve operações de crédito no primeiro quadrimestre e transferências da União voluntárias ou não, nós tivemos somente cinco milhões de uma previsão de cento e quarenta e dois milhões.

Receita Tributária.

Os números, também, nos trazem informações boas. O Estado de Mato Grosso, prevista: dois zero sessenta e seis; realizada, dois trezentos e trinta e cinco. Entre o previsto e o realizado nós tivemos 13% de variação; 28% no IPVA; 32% no ITCO; 13% no Imposto de Renda.

Vamos olhar um por um: ICMS previsto e realizado, uma variação de 3%. Muito se questiona: mas será que foi subavaliado o orçamento de 2014?

O orçamento de 2015, aprovado em 2014, os números aqui nos dizem que no âmbito do ICMS ele foi subavaliado em 13%.

IPVA... Tivemos contato com a unidade e, por intermédio do colega Luís Ormond, perguntamos: qual foi o problema? Nós percebemos que no âmbito do IPVA houve uma projeção muito conservadora. Não é isso, Luís? E por que é que foi conservadora? O ano de 2014 esperava-se

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

um momento ruim para a venda de veículo em todo País, porém, o Estado de Mato Grosso, surpreendentemente, vendeu 8% a mais de veículos em 2014. Isso reflete recolhimento em 2015. Além de ter sido conservadora, nós fomos surpreendidos por uma venda maior de veículos no primeiro quadrimestre do ano de 2014, e isso reflete no recolhimento de 2015.

ITCD... A Secretaria de Estado de Fazenda tem implementado ações para melhorar os processos de aferição de valor do ITCD, Imposto sobre Transferência Causa Morte e Doação, e nós tivemos essa grande variação, também, sinal da maior eficiência no âmbito da administração da Secretaria Adjunto da Receita Pública-SARP.

Imposto de Renda - entre o projetado e o efetivamente realizado, 13,3%.

Vamos avançar para a próxima que vamos ter informações melhores sobre esse item.

As Transferências Correntes, se nós observarmos, aqui, o que foi repassado pela União para os Estados tem um crescimento de 15,4%. Isso reflete a ação da União no sentido de inverter a ordem, eles vinham sempre reduzindo a tributação e estão aumentando a tributação. Isso, por sua vez, importa em maior repasse para o Estado. Esse repasse foi para 15,4%, repasse dos Estados feito pela União.

FUNDEB, nós também tivemos uma previsão de trezentos e noventa e nove milhões e vamos ver aqui que entre a previsão e a realização ficou bem próxima.

SUS, entre a previsão e a realização próxima também.

A Lei Kandir, nós realizamos aqui nove vírgula cinco milhões.

E o FEX? O FEX não nos chegou nada em 2015 e vamos ver qual foi o impacto disso.

Convênios: entre o previsto, vinte e seis milhões, e o efetivamente realizado, dezesseis milhões, menos 36,2%. O importante que isso aqui é só LOA. Nós vamos avaliar isso sobre o âmbito da comparação 2014/2015.

Vamos ver, também, que IPI... Esse grande crescimento em IPI, o que reflete isso? A União passou a tributar mais veículos, em especial veículos, inverteu a ordem também. O sentido era reduzir a tributação para aumentar o consumo. Com vistas a aumentar a receita, a União passou a tributar mais IPI.

Então, o que se projetou na época não levava em conta esse aumento que se deu em razão da maior tributação por parte da União e o IPI especificamente de veículo. Mas ocorreram outros aumentos no IPI, também, além de veículos.

Receitas de Contribuições não tem muita contribuição, mas eu quero só chamar a atenção para alguns itens aqui:

Contribuições Sociais - uma variação entre o previsto e o realizado em 15%. É importante ter a compreensão que isso aqui é sempre o previsto.

Vamos ver aqui um fato que vai se comprovar também no âmbito do FUNDEIC, do FUNDEI, menos 10%. Nós vamos ver que o programa de incentivo, muitas empresas estão saindo, aqui está o previsto, mas muitas empresas estão deixando o programa de incentivo por opção mesmo.

O FUPIS, o que foi projetado e realizado, é uma tributação que incide sobre as construtoras, em cima do diferencial de alíquota que sai de outro Estado para o Estado de Mato Grosso. É um fundo muito questionado, até em nível institucional, com muitas demandas na Justiça. Ele é um fundo muito fragilizado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

O FETHAB, entre projetado e realizado, projetou-se trezentos e sessenta e quatro e realizou trezentos, menos 17%. E essa parte aqui já é só a parcela que compete ao Estado, daqui já está retirada a parcela que é repassada aos municípios.

Demais contribuições econômica, 5%.

E, enfim, as contribuições sociais que marcam bastante aqui. Nós vamos ver depois na comparação que houve um impacto muito grande em cima disso.

Próximo.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INDAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Essa é a parte do Estado só, do município são uns trezentos milhões, ao todo.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INDAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Nós repassamos aos municípios oitenta e sete milhões de janeiro a abril, oitenta e sete milhões.

Vamos fazer um comparativo agora. Agora é muito importante. Se até então estávamos comparando com o orçado, agora vamos comparar com o realizado, aí teremos um referencial melhor para analisar.

Vamos olhar aqui o realizado: Receitas Orçamentárias Correntes, uma variação de 1,34%. Se olharmos para a receita tributária, na comparação entre 2014 e 2015, o que se realizou em 2014 foram dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil reais e o que se realizou em 2015 foram dois milhões oitocentos e noventa mil reais.

De Transferências Correntes nós tivemos uma redução. Nós vamos ver que isso daqui basicamente é a FEX que não veio, por isso tem esse valor negativo.

Receitas de Contribuições, 0,5%.

Demais Receitas Corrente, 9,8%.

Vamos detalhar, abrindo aqui a receita tributária. Esse número chama muito a atenção. Nós tivemos uma variação positiva de 8,8%, entre o que se arrecadou em 2014 e 2015. Vale a ressalva: o País decresce hoje em 1,5%, a receita da união está decaindo mesmo com o aumento de tributação, em alguns pontos ela não está se realizando, e o Estado de Mato Grosso conseguiu ainda ter um crescimento nominal de 8,8% no ICMS; 9% no IPVA; e 19,4%, no ITCD. E aí queremos chamar a atenção no aumento de 19,3% de IRRF, Imposto de Renda. Nesse aqui, alguns aspectos precisam ser observados. A SEFAZ trabalhou fortemente nos segmentos, melhorou a eficiência dos segmentos, nós ampliamos alguns trabalhos de controle no âmbito do ICMS. Ainda que as normativas não sejam tão favoráveis, nós precisamos melhorar as normas do ICMS.

Eu conversei com o Deputado e disse que o Fisco, hoje, é um soldado em quartel. Ele precisa ter normas que lhe deem segurança jurídica para que ele atue no âmbito, para que ele vá junto ao sonegador, efetivamente, para que ele atue com vistas para melhorar essa receita.

Do IPVA nós temos um fato marcante: entre o projetado e o realizado 9% também.

A melhoria ITCD é por causa dos processos da SARP. A SARP atuou fortemente na análise dos processos de ITCD, que são os inventários, e conseguiu ter uma melhora significativa de receita no ITCD.

IRRF. O que é isso aqui? Nós vamos depois entrar nas despesas. Esse imposto de renda representa o aumento dos gastos com pessoal. O aumento dos gastos com pessoal importa em aumento no imposto de renda retido. Então nós tivemos um crescimento de 19,3%.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Nós queremos chamar a atenção que, entre 2014 e 2015, o nosso crescimento no âmbito da Receita Tributária foi somente de 9%: ICMS, 8,8%; IPVA, 9%; ITCD, 19,7%. Mas nós tivemos um crescimento de pessoal em 19,3%.

Vamos avançar.

Transferências Correntes, a comparação também. Se nós olharmos aqui o FPE, que é o repasse do Tesouro, da União ao Tesouro Estadual, houve um crescimento menor do que o crescimento do Estado, 6%.

FUNDEB, Fundo da Educação, o aumento em regra que ele decorre do próprio aumento da receita tributária em 9%.

SUS, o repasse que a União faz especialmente à Secretaria de Saúde, um crescimento de 2,3%.

Lei Kandir, um crescimento de 33%.

E olhamos aqui o FEX. Para o FEX estavam previstos duzentos e quarenta e oito milhões e seiscentos mil reais. Na verdade, nós estaríamos recebendo, referente a 2014, ainda algo em torno de quase trezentos milhões de reais. Não entrou nada, não entrou um valor em 2015 até a presente data.

Convênios. Olha, queremos chamar a atenção. O Estado teve convênios com a União celebrados e executados em 2014 em cinquenta e um milhões e oitocentos mil reais; e nós executamos dezesseis milhões e seiscentos mil reais. Então o que acontece? Não nos chegaram recursos da União do FEX e os convênios que eram para chegar chegaram na ordem de quase 68% a menos, recursos que vêm da União a título de convênios para que o Estado de Mato Grosso execute algumas ações e muitas dessas ações são ações que envolvem ações da União e ações do Estado. A União tem nos causado grandes dificuldades ao não nos repassar o FEX em quase trezentos milhões de reais e ao deixar de nos repassar algo em torno de trinta e cinco milhões de reais.

Estamos fazendo uma comparação de valores nominais. Se isso fosse corrigido, nós ainda teríamos um impacto maior. Ou seja, a União não nos repassou o FEX e não nos repassou uma parcela significativa de Convênios. Por felicidade, fomos compensados com um acréscimo de 14,3% de IPI; e demais transferências correntes, 12,8%.

Vamos avançar.

Receitas de Contribuições Realizadas. Aqui eu pedi para abrir para termos a compreensão das contribuições sociais. As contribuições sociais são o que entrou: em 2014, cento e trinta e oito milhões e trezentos mil reais; e, em 2015, cento e sessenta e quatro milhões de reais. O que significa isso aqui? Aparentemente você olha os recursos. Na verdade, a tradução disso é o resultado de um maior gasto que o Estado tem com folha de pagamento. Esse aumento, na verdade, causa preocupação. E nós vamos ver o que aconteceu efetivamente no ano de 2014 com impacto em 2015.

FUNDEIC, que é aquilo que nós conversamos antes. Nós temos desistência voluntária dos nossos benefícios fiscais. Ele é muito confuso, ele tem regramentos muito complexos.

FUPIS. Nós tivemos aqui uma execução de três milhões e cem mil reais em 2015; e um milhão e oitocentos mil reais em 2014.

Mas aqui eu queria chamar a atenção mais desses dois números aqui que nos preocupam, porque vamos realinhar eles com os gastos com pessoal e FUNDEIC. Eles muito nos preocupam também porque há uma desistência. Isso aqui deixa muito claro que o modelo de benefício fiscal hoje para o Estado não é um modelo que satisfaz a necessidade do contribuinte no

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Estado de Mato Grosso. Ele é muito confuso e precisa de uma melhoria nas normativas, as normas precisam ficar mais claras e dar mais segurança jurídica a quem detém o benefício.

Olhando para a Receita de Capital, nós vamos ver aqui... Olhem para os senhores verem o que chegou para o Estado de Mato Grosso em 2014: quinhentos e onze; e olhem o que, efetivamente, veio para o Estado de Mato Grosso em 2015. Isso é sinônimo de que aqueles empréstimos que eram para ser feitos não foram feitos e as transferências da União, também, ocorreram de modo muito frustrante.

O Estado de Mato Grosso recebeu no primeiro quadrimestre de 2014 quinhentos e onze milhões; e em 2015 oito, oito milhões.

Olhos passados pela Receita numa visão mais agregada, nós entraremos, agora, no agregado dos gastos; o que o número dos gastos nos fala.

Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Em 2014 - dois milhões e seiscentos e trinta e cinco mil em Despesas Correntes; em 2015 - dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil. Nós tivemos um crescimento de 12,6%.

Queremos chamar atenção que toda Receita Tributária do Governo cresceu somente 9% e as Despesas Correntes cresceram 12,6%.

Os números não fecham. Alguma coisa está acontecendo.

E o que nós vamos observar aqui: Pessoal e Encargos Sociais - um, novecentos e quarenta e um, em 2014; dois, duzentos e sessenta e sete, em 2015, um crescimento nominal de 16,8%.

Isso reflete naqueles aumentos de RRF que é o que entra a título de receita, porque houve um aumento nos encargos com pessoal.

E queremos observar o seguinte: esse aumento de encargos com pessoal, 16,8% - vamos dizer assim -, está muito superior ao percentual que nós tivemos de crescimento da Receita. O quê significa isso?

Às vezes, angustia-me muito que, enquanto eu falo aqui, eu falo como Secretário do Tesouro, mas fui mesmo do Sindicato da minha categoria. Agora, enquanto membro do Tesouro, levando em conta os princípios que norteiam o ato do administrador e todas as suas ações, sou obrigado a apontar que, hoje, é crítico... Nós precisamos de uma política salarial consistente que ela leve em conta o quê? As variações de receita e as variações de gastos. Tem que existir um hiato de ajuste para que isso não comprometa, porque nós temos que pensar que a origem de recursos, ou seja, tudo aquilo que entra para o Estado vai formar uma equação em relação a gastos. E não há como preencher essa equação se não levarmos em conta que ao aumentar um gasto terei que subtrair recurso de outro. Se eu tenho uma receita prevista e esses gastos são aumentados, a leitura é óbvia: se eu aumento muito aqui, terei que subtrair de outro.

E nós queremos chamar atenção, porque vamos ver aqui que o crescimento com encargos de dívida foi de 36% para juros e olhando aqui embaixo a amortização de dívidas foi de 65%; de cento e vinte e quatro para duzentos e cinco e de cento e trinta e três para cento e oitenta e um.

O que nos falam esses números? Somente em março de 2015, agora, tivemos um custo com a dívida do *Bank of America* na ordem de cento e dez milhões de reais. E esses cento e dez milhões de reais aqui estão compostos. Quer dizer, aumentamos os nossos gastos na amortização da dívida em 65% e em juros em 36%. Na mesma ordem, à medida que comprometemos a finança pública aumentando as despesas com juros e amortização, nós estaremos reduzindo valores que poderiam ser empregados em outras áreas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º**  
**QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Outras Despesas Correntes.

Aqui nós chamamos a atenção para o que se sofre, hoje, à medida que se aumenta esses gastos. Onde nós ficamos prejudicados? Nós ficamos prejudicados em outras despesas correntes, essencialmente, nas despesas de custeio.

O que nós percebemos hoje? Vão às unidades do Estado. Se forem às unidades do Estado, vão falar: olha, isso aqui está sucateado. Eu não tenho mesa; eu não tenho cadeira; eu estou com pouco funcionário; chega lá na SINFRA eu preciso de não sei quantas pessoas; você vai à Saúde eu preciso... Você vai à Polícia e tem necessidade de pessoal. O que acontece? Nós nos esbarramos... Na medida em que a política salarial tem um poder de avançar e a política de dívida tem um poder de avançar sobre a disponibilidade, nós começamos a perceber que, especificamente, as despesas correntes, as despesas que nós temos para manter as unidades ficam prejudicadas.

Então, o que acontece? O Estado tem que repensar. Eu diria que esta própria Casa tem que repensar. Nós precisamos de uma política consistente na área de pessoal, onde a previsibilidade de aumento de gastos seja muito consistente ou muito próxima, esteja no hiato de crescimento da receita, porque veremos logo à frente, numa análise mais específica, que, hoje, estamos em um nível de comprometimento absoluto. E não é comprometimento somente do Tesouro. É comprometimento em todos os níveis e Poderes.

Investimentos e Inversões.

Olhem o que aconteceu aqui: em 2015 gastamos somente onze, oito milhões; em 2014, trezentos e quatorze. Nós vamos ver o quê? No âmbito das despesas correntes, se pegarmos esse valor aqui, que é em valor nominal, e o atualizarmos, ele chegará próximo de seiscentos milhões.

Ou seja, o Estado de Mato Grosso fez uma economia aqui em despesas correntes de custeio na ordem de quase oitenta milhões no quadrimestre. Por outro lado, poucos foram os gastos com inversões e com investimentos.

Esses dois aspectos de redução podem ser visto aqui.

Quando o Governo assumiu, o Governador Pedro Taques, encontrou o Estado de Mato Grosso em uma situação financeira crítica e a insegurança em relação ao desdobramento, especialmente com a crise batendo a porta. Então, a decisão do Governo foi o quê? Nós temos que usar alguns princípios de contensão. Nós ficamos nos gastos inadiáveis e essenciais; fizemos revisões de contratos e atuamos fortemente.

Quando se fala em rever contrato, às vezes, é simples: olhamos para a Secretaria de Educação e são quase sete mil contratos; olhamos para a Secretaria de Infraestrutura e Logística e são quase quatro mil contratos; olhamos para a Secretaria de Saúde e são, aproximadamente, mil contratos. Tudo isso foi revisto. Foi olhado. O Estado conseguiu grande poupança na utilização desses recursos.

Mas, enfim, quando se pensa em política pública ela não pode se restringir a pontos específicos. Nós temos que ter política de pessoal; temos que ter uma boa política para analisar os níveis de endividamento do Governo; precisamos ter olhos claros, porque, mesmo que atuemos para reduzir os gastos com custeio, não podemos piorar, não podemos, ainda, levar para uma situação pior as estruturas e as condições de trabalho da Administração Pública.

Enfim, neste momento, nós iremos passar a palavra para o nosso Secretário.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Quero aproveitar e registra a presença do Prefeito do Município de Vera, Sr. Nilson Vigolo.

Obrigado pela sua presença.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Com a palavra, o Sr. Paulo Ricardo Brustolin, Exmº Secretário de Fazenda.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar os componentes da mesa; e em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes.

Senhoras e senhores, boa-tarde!

Eu gostaria, antes de falar dos indicadores, de agradecer o meu colega de trabalho Carlos Rocha.

Obrigado, Carlos, pela bela explanação.

Mas eu gostaria de voltar, rapidamente, na composição da Receita do Estado.

Eu vou usar na Receita, por favor, lá no início da apresentação.

Bom, o que eu gostaria de colocar aqui com muita clareza para os senhores, para que tivéssemos um entendimento fácil e simples?

O que eu gostaria de colocar é o seguinte: a Receita do Estado de Mato Grosso, a Receita Orçamentária e Corrente cresceu 11.3%, sendo que a Receita Tributária do Estado teve uma boa reação no primeiro quadrimestre. Entretanto, senhores, o Estado de Mato Grosso hoje está sendo vítima da falta das transferências, da falta do compromisso do Governo Federal. O Estado de Mato Grosso é vítima.

E por que o Secretário de Estado de Fazenda fala isso? Porque para o Governo de Mato Grosso é muito importante o Fundo de Exportação e não foi repassado em 2014. E no primeiro quadrimestre não veio o Fundo de Exportação também.

E nós estamos falando de quatrocentos milhões de reais, sendo que duzentos e noventa e sete milhões de reais são do Estado de Mato Grosso para realizar políticas públicas. Em torno de cem milhões de reais são dos municípios.

Está aqui o Prefeito de Vera, que me falava há pouco dos investimentos, das necessidades que ele está tendo lá, está atraindo investimentos para o Estado de Mato Grosso.

Ora, senhores, o Governo Federal hoje - e eu tive a oportunidade de cobrar o Ministro Levi em três oportunidades - fala em ajuste fiscal, tem o discurso e na prática a realidade vem sendo outra. E nós acreditamos que uma vez a palavra dada, ela tem que ser cumprida. Mas, infelizmente, até hoje, na data de hoje, no mês de junho, Mato Grosso não viu os repasses do FEX.

E, senhores, eu queria colocar mais alguns pontos aqui: Operações de Crédito... Os senhores vão ver aqui que temos uma operação de crédito para este primeiro quadrimestre, na nossa legislação, de trezentos e cinquenta milhões.

Deputado Eduardo Botelho, eu fui, especificamente, com o Governador várias vezes ao STN, falamos lá com o Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, mesmo Mato Grosso tendo condições de atrair empréstimos, de alavancar, de poder trazer novos recursos, o que diz o Governo Federal hoje? O Governo Federal fala assim: "Eu não dou aval, porque isso impacta do meu primário".

Então, Deputado Zé Domingos Fraga, Mato Grosso está sendo vítima hoje da política federal e eu tenho que deixar registrado aqui.

Nós poderíamos também falar sobre Transferências de Capital, a diferença brutal. O que nós precisamos? Do ponto de vista de receita para conseguir, vamos dizer assim, deixar esses pontos de acordo com o que é a necessidade do Estado, nós precisamos de uma grande cruzada.

Eu coloco que hoje o problema não é um problema de um governo, é um problema de um Estado, Deputados. É um problema de um Estado. A Bancada Federal, os Senadores, todos precisam se unir, porque quem está pagando essa conta da ineficiência, vamos dizer assim, de honrar

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º**  
**QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

os compromissos do Governo Federal é o Estado de Mato Grosso e as políticas públicas estão sendo prejudicadas no Estado de Mato Grosso por essa gestão do Governo Federal.

Então, eu preciso registrar isso aqui enquanto Secretário de Fazenda.

Por favor, aquele *slide* consolidado da despesa.

E nós estamos vendo isso com muita clareza nas receitas.

Bom, senhores, o Carlos Rocha abordou aqui muito bem a situação que nós temos na parte de pessoal. Ontem, inclusive, teve um artigo no *Estadão*, onde relata a situação de todos os Estados brasileiros e Mato Grosso está numa situação preocupante. Preocupante nesse sentido e nós vamos trabalhar fortemente em cima disso.

Agora, coisas importantes, neste primeiro quadrimestre o Governo Pedro Taques teve que fazer um enfrentamento da amortização e custeio da dívida.

Senhores, essa dívida, muitas vezes, como a renegociação de 2012, ela ficou para ser amortizada em 2015, no primeiro ano do Governo Pedro Taques. E nós precisamos nos lembrar disso.

Somente o contrato com o *Bank of America* foram cento e dez milhões de reais que nós fizemos o enfrentamento, cumprimos o compromisso. O compromisso uma vez assinado, ele é cumprido neste Governo. Este Governo é um Governo legalista. Agora, está muito evidente aqui o crescimento da amortização da dívida: 65% de crescimento em relação a 2014.

Então, o Governo foi pressionado aqui em oitenta milhões de reais neste primeiro quadrimestre para fazer o enfrentamento de amortização da dívida, que salta de cento e vinte e quatro milhões para duzentos e seis milhões de reais. E juros e encargos nós temos aproximadamente cinquenta e oito milhões de reais de acréscimo, o que leva a essa situação.

Agora, por outro lado, os números também deixam claros que nós estamos fazendo o dever de casa. A nossa revisão de contratos, a avaliação Secretaria/ Secretaria, unidade orçamentária/unidade orçamentária, mostra o quê? Nós estávamos falando pela manhã hoje, mostra o compromisso e a seriedade que o Governo vem conduzindo.

Nas nossas projeções as despesas correntes do Estado no primeiro quadrimestre elas seriam de seiscentos e vinte milhões aproximadamente. E essa revisão de contratos gerou aproximadamente até agora quase cem milhões de reais de economia para o Estado. E isso está somado entre todas as Secretarias e os números podem deixar isso com muita clareza.

Então, eram esses os comentários que eu gostaria de colocar aqui, especificamente, sobre Receita e Despesa e deixar muito claro que o Estado de Mato Grosso está sendo vítima da política fiscal hoje que a União nos impõe.

Por favor, vamos para os indicadores.

Especificamente, a Receita Líquida no Estado de Mato Grosso totalizou quatro bilhões duzentos e quarenta e oito milhões para uma despesa total de três bilhões seiscentos e quarenta e nove milhões de reais. Sendo que no período, orçamentariamente - é importante falar aqui que estamos falando orçamentário - o Estado tem um superávit de quinhentos e noventa e nove milhões de reais. Sendo que o indicador de equilíbrio, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, obriga a demonstração, a relação entre despesa e receita líquida fica na relação de zero vírgula nove reais.

Próximo, por favor.

A Receita primária do Estado de janeiro a abril, para que cheguemos ao resultado primário, totalizou quatro bilhões cento e noventa e cinco milhões e seiscentos mil reais para uma despesa primária de três bilhões duzentos e sessenta e dois milhões e cem mil reais.

Resultado primário: novecentos e trinta e três milhões de reais e quinhentos mil.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

A meta da LOA, em 2014, era de duzentos e trinta e quatro milhões vírgula seis negativos.

Próximo, por favor.

O estoque da dívida consolidado do Estado, como é que nós fechamos abril? O último dia de abril, bateu fotografia, como é que está a dívida do Estado?

Estoque da dívida: em 31 de dezembro de 2014 era de seis bilhões quinhentos e quarenta milhões, ele salta para seis bilhões quinhentos e setenta e sete milhões. Houve uma variação nominal de um por cento.

Vocês podem perguntar: mas como teve uma variação positiva se o Estado fez amortização de duzentos milhões de reais? Como é que surgiu isso? Isso surgiu em grande parte por dois motivos: o primeiro são os índices de correção que fizeram o ajuste da dívida - os contratos são indexados, eles têm a sua correção - e o segundo, o mais importante, é que grande parte da dívida do Estado de Mato Grosso está dolarizada.

Então, nós temos uma evolução cambial que faz com que a dívida do Estado, com essa subida do dólar, tenha esse impacto sobre as contas do Estado.

Das deduções legais, nós temos dois bilhões e vinte milhões vírgula cinco reais para uma dívida consolidada líquida de quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de reais.

A Receita Corrente Líquida, para efeito de comparação do indicador, dez bilhões, setecentos e vinte e nove vírgula sete reais, no período, por meio do saldo.

O que acontece é que nós temos: da Despesa Corrente Líquida sobre a Receita Corrente Líquida a situação de Mato Grosso melhora; de quarenta e oito vírgula oito reais, no indicador, passa a quarenta e dois vírgula cinco reais.

Agora, lembrando, mesmo com essa melhora, hoje Mato Grosso precisa, todos os Estados da federação precisam da autorização do STN para contratar qualquer operação de crédito.

Então, para os senhores terem uma ideia... Os senhores viram ali que nós tivemos menos operações de crédito, praticamente quase nulas no primeiro quadrimestre.

Nós temos lá uma operação de setecentos e vinte milhões de reais para recuperar pontes, para recuperar estradas, que o Banco do Brasil aprovou, contrato pronto, o PGFN, que é a parte jurídica da União, aprovou, mas o Tesouro, porque estava dentro dessa discussão da Lei da Responsabilidade Fiscal, seu problema de ajuste da União, não deu o aval. E sem o aval da União, nós não podemos contratar esses empréstimos. É lastimável que o Estado de Mato Grosso esteja pagando um preço alto nesse sentido.

E tenho que lembrar aqui aos senhores, não é o momento, mas é importante a lembrança: o Estado de Mato Grosso é um dos Estados que mais exporta no Brasil; é um Estado que contribui para que as contas externas do Governo fechem no azul.

Então, eu não tenho dúvida, senhores, Srs. Deputados, que o Estado de Mato Grosso está pagando um preço muito alto pela dificuldade e, vamos dizer assim, pela gestão hoje da União Federal.

Pode passar, por favor, o próximo.

Bom, aqui nós vemos um quadro resumido sobre o que eu falei da questão da dívida: Juros e encargos da dívida.

Para os senhores terem uma ideia, no mesmo período, em 2014, o Estado fez o enfrentamento de cento e trinta e três milhões de reais; para 2015, cento e oitenta e um milhões e

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

---

dois reais, tem um aumento nominal de cinquenta e oito milhões de reais que saiu do caixa do Estado para fazer amortização de juros da dívida, o que totalizou aí 36% de aumento.

Na questão da amortização da dívida, ela salta de cento e vinte e quatro milhões para duzentos e cinco milhões. É importante lembrar aqui que tem muita coisa da Copa do Mundo que agora nós estamos tendo que fazer o enfrentamento, nós temos que pagar as contas agora e isso aqui espelha esse crescimento de 65% na amortização da dívida.

Consolidado aqui, especificamente, despesa com pessoal, Poderes e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhores, no consolidado nós temos um gasto de pessoal de seis bilhões quatrocentos e quatro milhões; para um limite de alerta de cinco setecentos e noventa e quatro, nós estouramos o limite de alerta, para um limite prudencial de seis bilhões cento e quinze milhões, e um limite, vamos dizer assim, de 60% da Lei de Responsabilidade Fiscal de seis bilhões quatrocentos e trinta e sete milhões.

E isso como é que está composto? Como é que está composto aí? O Poder Executivo, o percentual da receita corrente líquida, 49,85%; Poder Judiciário, 5,27%; Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, ainda, não chegou ao limite de alerta aqui; Assembleia Legislativa já está no limite prudencial também, 1,74%; Ministério Público, 1,70%, também não chegou ao limite, tem uma gestão adequada; e o Tribunal de Contas, já entrando também no limite de alerta, com 1,13%. Então, essa é a situação.

Agora, o Tesouro e a Fazenda têm sido muito cobrados. Mas se nós tivéssemos o FEX, se tivesse entrado recurso do FEX como é que ficaria? A imprensa também tem nos cobrado.

Então, nós fizemos aqui, a título de simulação, a título de exemplificação, para mostrar o porquê dessa discussão, o porquê desse empenho todo do Governo do Estado na tentativa de fazer o Governo Federal honrar o compromisso que ele assumiu com os Estados exportadores.

Nós teríamos aqui o nosso índice na casa dos quarenta e oito ponto quarenta e nove, ou seja, mesmo assim estouraríamos o limite providencial e ultrapassaríamos o limite de alerta.

Então, a situação, como o Carlos falou, é uma situação que exige um trabalho forte, precisamos trabalhar muito forte na receita e ao longo desse quadrimestre o Governo não vai poupar esforços para conseguir esse equilíbrio.

Senhores, era o que tinha para colocar. Acho que fechou a apresentação. (PAUSA).

Tem mais uma aqui: Percentual de Aplicação em Ações de Saúde e na Manutenção do Ensino.

Essa também foi uma questão que nós tivemos alguma discussão ao longo das últimas semanas.

Mas, o importante é o seguinte: no primeiro quadrimestre o limite constitucional de investimento em saúde é 12%. Até o dia 30 de abril nós tivemos liquidado 10,53%. Isso não quer dizer que não tenhamos processados, mas foi liquidado 10,53%.

É importante lembrar que nós tivemos todos os enfrentamentos dos restos a pagar da saúde. Com raríssimas exceções, a grande maioria do serviço de saúde hoje está com as contas em dia. Os serviços que, porventura, ainda têm alguma discussão é porque nós estamos num processo de revisão de contrato ou alguma auditoria específica. Mas isso foi uma determinação do Governador Pedro Taques, vamos dizer assim, uma determinação de Governo para que a saúde tivesse as suas contas em dia.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

É importante colocar para os senhores que todo primeiro quadrimestre, ao longo dos últimos anos do Governo, sempre esse limite fica abaixo dos 12%, porque ao longo do tempo isso vai sendo processado para que ao final do ano esse tenha o equilíbrio e a lei seja cumprida.

No ano de 2014 o Governo trabalhou com um índice de 9,4%. Então, os senhores podem ver que nós ficamos muito acima aqui mesmo, fazendo todo enfrentamento dos restos a pagar.

Isso também vale para a questão da educação. Nós estamos falando aqui de um teto de vinte e cinco e foi liquidado até o dia 30 de abril 22,31%.

Isso aqui é para que não paire dúvidas, que a discussão seja uma discussão bem ampla.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Secretário, o Deputado Eduardo Botelho gostaria que o senhor apresentasse aquela transparência de disponibilidade de caixa por Poder.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Disponibilidade de caixa por Poder.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Quero registrar a presença do eminente Deputado Oscar Bezerra e convidá-lo para fazer parte do nosso dispositivo.

Convido, também, o Deputado Nininho, nosso 1º Secretário, para fazer parte do dispositivo.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Eu vou passar para o Secretário Adjunto do Tesouro aqui, Deputado Zé Domingos Fraga, que fará a explanação.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Essa aqui era a disponibilidade de caixa por Poderes, disponibilidade final em 2014 e disponibilidade inicial em 2015.

O Legislativo tinha disponível quarenta e quatro milhões e oitocentos mil de reais em 31/12/2014. Na mesma ordem, o Judiciário: quatrocentos e dez milhões. O Executivo: em contas de convênios, quatrocentos e setenta e seis milhões; em contas especiais, quatrocentos e um milhões. E a disponibilidade contábil da conta única do Tesouro era de cinquenta e quatro milhões e trezentos mil, na conta única e na conta arrecadação. A conta arrecadação é o que entra no banco e, depois, no dia seguinte, entra no financeiro do tesouro. Essa é a disponibilidade contábil, porque efetivamente a disponibilidade financeira do Tesouro, o extrato foi mostrado ao todo, era algo em torno de dois milhões e pouco. Não é? Oitenta e quatro mil no extrato em si e dois milhões em aplicações.

Então essa é a situação com que nós nos deparamos no início do ano. Ministério Público também: setenta e quatro milhões e oitocentos mil reais.

Mas qual que seria a dúvida?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - A minha dúvida é porque hoje foram aprovadas as contas do ex-Governador Silval Barbosa, e o TCE, através do seu relator, disse que houve um *superávit*, no meu entender, na Conta Única de trezentos e setenta e sete milhões.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Eu vou sugerir que o Secretário responda.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Deputado Zé Domingos Fraga, essa nota saiu, agora há pouco, na imprensa.

Ainda ao meio dia, almoçando, pedi para que a equipe do Tesouro fizesse uma avaliação sobre isso, e a Secretaria de Fazenda e o Governo vão se posicionar oficialmente, eu e o Carlos Rocha não conhecemos ainda o parecer do Tribunal de Contas, mas rapidamente assim, pela

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

---

primeira análise que a equipe do Tesouro fez, parece que foi confundido *superávit* com disponibilidade na Conta Única do Estado. Mas nós vamos fazer uma nota oficialmente e creio que se houve alguma divulgação equivocada, isso deverá ser reparado pela imprensa.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - Sr. Secretário, só para deixar bem claro: uma coisa é o superávit contábil, outra coisa é a disponibilidade financeira.

A disponibilidade financeira é aquilo que está em conta. E o que estava em conta nós mostramos para toda a imprensa e deixamos que ela fotografasse o extrato da Conta Única. O que tinha na Conta Única do Tesouro eram oitenta e quatro mil na conta e dois milhões aplicados. Essa era toda a disponibilidade do Tesouro, mas nós iremos soltar uma nota para que se compreenda a diferença entre disponibilidade e informação contábil relativa aquela disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - É super interessante, meus colegas Deputados, até porque a imprensa, pelo o que ela divulgou, ela está falando que é disponibilidade financeira mesmo, não é contábil, não. Fazendo uma comparação com o que foi dito pelo Governo na prestação do último quadrimestre do exercício passado, mas tudo bem, vamos aguardar.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Deputado Zé Domingos Fraga, eu só gostaria de fazer aqui uma colocação, porque é importante nós, enquanto agentes públicos, darmos essa clareza para a população. É importante colocar, com muita clareza, que a posição do Governo do Estado de Mato Grosso sempre foi e será a seguinte: no dia 02 de janeiro de 2015, dentro da Conta única do Estado, da Fonte 100, nós encontramos oitenta e um mil reais.

Especificamente sobre esse posicionamento, nós vamos emitir, o Tesouro do Estado vai emitir uma nota técnica, porque não é objeto do Tesouro não fazer o esclarecimento para a população. Vamos emitir uma nota técnica sobre isso, vamos sair daqui e vamos trabalhar nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

Conforme preceitua o nosso Regimento Interno, esta Audiência Pública foi feita, realmente, para que pudéssemos ouvir a sociedade mato-grossense. Então quero dizer aos nossos participantes que queiram se inscrever para procurarem o nosso Cerimonial, e vocês terão três minutos para fazer a pergunta afeta à Audiência Pública. Aqui nós já temos alguns Deputados inscritos, então eu gostaria de receber a inscrição da plateia para que possamos intercalar os inscritos: Deputados e a sociedade civil organizada ou não.

Vou já convidar de antemão para fazer uso da palavra o Deputado Eduardo Botelho para que possa fazer alguns questionamentos. Está com a palavra, Deputado.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga.

Quero saudar o Secretário Paulo Brustolin; o Secretário Adjunto, que fez uma brilhante apresentação aqui; o nosso Líder do Governo, esse Deputado gigante aqui da Assembleia Legislativa, Deputado Wilson Santos, em nome de quem cumprimento todos os Deputados aqui à mesa.

Mas, Secretário, deu para ver pela apresentação que está havendo uma eficiência na arrecadação, especialmente nos recursos daquelas arrecadações próprias, como ICMS, IPVA e outros.

Mas, nas questões que nós precisamos recuperar, o Estado ainda não deu ainda um posicionamento, sei que muito disso não passa só pela sua Secretaria, como é a questão da revisão dos incentivos fiscais. Isso é muito importante. Hoje se gasta algo em torno de um bilhão e meio ou um bilhão com incentivos fiscais, e nós sabemos que houve muita negociata em cima disso, que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

---

houve muita concessão indevida. Então essa revisão até hoje está muito devagar. É um ponto que eu questiono aqui.

Outro ponto questionado é que nós precisamos fazer também uma revisão do FETHAB, precisamos rever o FETHAB. Nós precisamos fazer uma distribuição melhor do recurso e sobretudo da arrecadação também. Numa conversa que tive com o Governador, ele disse que iria promover esse estudo para que viesse para cá para nós fazermos uma revisão no FETHAB. Também ainda não recebemos nada.

Finalmente, eu iria fazer duas perguntas. Uma o Deputado Zé Domingos Fraga já fez, que é a questão do TCE, que eu tinha anotado aqui; a outra é relacionada àquele projeto de lei que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa do “bom pagador”. Eu gostaria apenas que o senhor dissesse como está, em que pé está, se já foi feito algum leilão reverso ou não foi e como está isso.

E antes de devolver a palavra quero apenas fazer um lamento aqui: Nós temos três senadores, oito Deputados Federais, e o que esses Deputados estão fazendo é muito pouco para cobrar a União. Três Senadores é uma voz muito forte para cobrar o repasse do FEX para o Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso, como o senhor bem disse, é um dos responsáveis pelo equilíbrio da balança comercial, sem isso o País vai à bancarrota. Mas somos nós que estamos sofrendo, porque desoneramos para fazer exportação e essa compensação não está vindo para o Estado. Enquanto isso alguns Senadores vêm fazer discurso contrário a esse programa nosso de ferrovia, dizendo que é inviável essa ferrovia.

Então, eu falo assim: brigue! Brigue para vir recursos para o Estado, mas tem gente que só trabalha em prol das suas empresas.

Eu quero passar a palavra ao senhor e, mais uma vez, agradecer a vinda e, especialmente, a brilhante apresentação do Secretário Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Deputado Eduardo Botelho.

Antes de o Secretário Paulo Brustolin responder, eu quero justificar aqui a ausência do Deputado Zé Carlos do Pátio, membro titular desta Comissão, que se encontra em missão especial da CPI da Sonegação e Renúncia Fiscal, no Estado vizinho, de Goiás.

Da mesma forma, justificar a ausência do Presidente desta Casa, Deputado Guilherme Maluf, que está representando esta Casa em uma Audiência no Tribunal de Justiça.

Vamos aguardar que quem sabe até o final desta Audiência Pública o Presidente venha fazer o encerramento.

Com a palavra, o Sr. Secretário Paulo Ricardo Brustolin, respondendo as perguntas do Deputado Eduardo Botelho.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Deputado Eduardo Botelho, boa-tarde!

Muito obrigado por suas colocações.

Nós vamos buscar aqui responder objetivamente as suas colocações.

Primeiramente, só um aparte, sobre a questão dos trezentos e setenta e sete milhões eu tenho a dizer o seguinte: vamos fazer a nota técnica, Deputado Zé Domingos Fraga, mas acredito que deve ter algum equívoco. Por que eu acredito? Porque, se tivesse todo esse recurso em caixa, não teria motivo de não se pagar inúmeras empresas, empresas pequenas que ficaram sem receber.

Para o senhor ter uma ideia, Deputado Eduardo Botelho, empresas que até cinquenta mil reais... Temos mais de oitocentos empresários que não receberam em 2014. Então, eu

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

acredito que deve ter algum equívoco nisso. Sinceramente falando, não acredito que ficaria tanto empresário nesse Estado sem receber com esse recurso em caixa.

Especificamente sobre a questão dos incentivos fiscais, Deputado Eduardo Botelho, eu tenho acompanhado de perto o trabalho que o Secretário Seneri Paludo tem feito na SEDEC. É um trabalho extremamente consistente, um trabalho que tem o acompanhamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e, diga-se de passagem, o Ministério Público está ombro a ombro com o Governo do Estado.

Nós estamos fazendo um trabalho consistente; um trabalho que deve fazer um grande saneamento no Estado, agora, é um trabalho que tem que ter uma preocupação com toda questão jurídica, uma preocupação com a legalidade, porque qualquer movimento que seja feito que não leve em consideração os princípios legais poderá se reverter contra o Estado de Mato Grosso e gerar uma série de problemas para o Estado.

Então, nós precisamos e estamos trabalhando com muita responsabilidade, com muita cautela, observando os princípios jurídicos da Administração Pública, os princípios constitucionais. E temos uma determinação do Governador Pedro Taques, que é uma posição de Governo: que tenhamos um saneamento de toda a carteira do PRODEIC dentro de um prazo estipulado que está estabelecido no contrato de gestão do Secretário Seneri Paludo na versão 001.

Eu acredito que nós teremos, com certeza, uma visão nova desses incentivos.

É fato e é notório que muitos deles já foram e estão sendo combatidos. A imprensa tem noticiado todos os dias que estamos olhando com muita cautela, com muito detalhe e com lupa para ver o que está certo e o que está errado. Não podemos, também, ter uma visão somente negativa disso.

Eu, particularmente, sou favorável aos incentivos fiscais, mas sempre coloco: desde que ele cumpra o papel social. O incentivo fiscal, a legislação é muito clara, precisa ter um papel social, tem que desenvolver o Estado nas suas várias regiões e eu acredito que o trabalho que está sendo feito seja nesse sentido.

Agora, é muito importante, também, o trabalho que esta Casa vem fazendo.

Essa CPI da Sonegação e Renúncia Fiscal tem um cunho que é muito importante e as Secretarias de Fazenda e de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, não tenho dúvida, não vão se furtar em auxiliar esse trabalho que a Assembleia Legislativa vem conduzindo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Quanto à questão do FETHAB, Deputado...

São quatro perguntas.

Quanto à questão do FETHAB...

A questão do FETHAB é que várias Secretarias elaboraram um projeto base para o Governador do Estado; o Governador Pedro Taques recebeu esse projeto das mãos do Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Marcelo; do Secretário Paulo Brustolin, na Fazenda; do Secretário Seneri Paludo, do Secretário Marrafon; do Dr. Patryck Ayala, da Procuradoria-Geral do Estado e o Governador tem uma proposta que nós entendemos que pode ser uma proposta interessante para o Estado.

Agora, é evidente que a parte da condução política, da discussão com a sociedade civil organizada será feita pelo Governador do Estado, Pedro Taques, tenho certeza, conjuntamente com esta Casa de Leis.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Para fechar a questão do “Bom Pagador” o que eu tenho a dizer é o seguinte: este mês começamos a fazer os pagamentos de até cinquenta mil reais, como está em lei, e queremos esgotar isso até o dia 10 julho, conforme manda a lei, nos primeiros trinta dias. Nós acreditamos que nos próximos noventa dias tenhamos honrado grande parcela dos compromissos até quinhentos mil reais.

O Governo do Estado não tem o interesse de prejudicar nenhum empresário. É fato, também, que tivemos uma discussão acalorada que demorou um pouco mais do que o previsto, mas faz parte desse ambiente democrático.

Por outro lado, quanto ao pagamento acima de quinhentos mil reais é importante lembrar que não temos só o Leilão Reverso, não é Deputado Eduardo Botelho.

Quanto ao Leilão Reverso nós estamos fazendo uma parceria com o Banco do Brasil. Eu tive uma reunião, ontem, novamente, com o Banco do Brasil para que ele assuma o Leilão Reverso. Então, nós vamos disponibilizar todo mês uma quantia em torno de trinta milhões de reais para fazer o Leilão Reverso, mas, também, existe a possibilidade de fazer o encontro de contas entre aquele fornecedor que tem tributos a pagar em relação ao que tem a receber próprio ou de terceiro. E o Tesouro está criando essa normativa legal que acredito que até a próxima semana já estaremos com ela, criando um mercado de balcão e aliviando uma série de empresários do Estado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Paulo Brustolin.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Wagner Ramos...

Mas quando fala de incentivos fiscais chama-me atenção, Deputado Eduardo Botelho, Deputado Wagner Ramos, Deputado Oscar Bezerra, Deputado Silvano Amaral e Deputado Wilson Santos que na LDO o Governo está propondo um bilhão de renúncia fiscal para o exercício de 2016.

É uma ferramenta importante para alavancar o desenvolvimento econômico e social do Estado, mas eu tenho a preocupação, Maria Célia, de ser uma ferramenta que o Governador tem falado que tem que utilizar até para encurtar as diferenças regionais deste Estado.

Eu estive olhando e a região de planejamento mais beneficiada em termos de renúncia é a que tem uma musculatura maior, até porque tem uma capacidade de renunciar maior.

Então, preocupa-me quando vejo uma proposta orçamentária, o início do planejamento do Estado orçamentário vir com um projeto que diminuiu bastante, até uns 30% a renúncia em relação ao ano passado para o exercício de 2015, mas com essa particularidade, no meu entender, quem vai terminar pagando a conta da renúncia serão as regiões menos desenvolvidas deste Estado.

Passo a palavra ao nobre Deputado Wagner Ramos.

O SR. WAGNER RAMOS - Obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente desta Comissão.

Quero fazer uma pergunta ao Secretário a respeito do FEX.

O Governo Federal fala de pagar? Se vai pagar ou se não vai pagar, porque hoje nós sabemos que quem precisa é o Estado de Mato Grosso.

Qual é o posicionamento do Governo Federal com relação ao FEX? Qual é a ideia? O que eles falam?

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Obrigado pela pergunta, Deputado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Bom, a posição que eu tive nas três discussões com o Ministro Levi foi de que primeiro o ajuste fiscal e depois se falaria em FEX. Já o Senador Blairo Maggi conversou com o Governador do Estado, Pedro Taques, teve uma audiência com o Ministro Levi, quando o Ministro Levi sinalizou que pagaria o FEX nesse quadrimestre para o Estado de Mato Grosso.

Agora, eu, enquanto Secretário de Estado de Fazenda, tenho que continuar intensamente a cobrança sobre o Governo Federal, porque só podemos acreditar nisso, Deputado, vendo o dinheiro na conta do Estado.

O senhor veja quantas questões hoje que o Estado poderia estar gerando com esse recurso, que é seu direito! Parece que o Estado de Mato Grosso está pedindo alguma coisa que não é dele, mas é o que vinha sendo pactuado até 2014.

Então, nós precisamos - e eu concordo com o Deputado Eduardo Botelho, quero até elogiar a fala dele - fazer um combate mais intenso lá no Governo Federal. Nós precisamos ir para cima do Governo Federal mesmo, porque está prejudicando um Estado que puxa o Brasil.

O SR. WAGNER RAMOS - Era essa a pergunta e eu queria fazer uma ponderação justamente a respeito do que o senhor falou, inclusive, do Senador Blairo Maggi. Eu acho que neste momento nós tínhamos que unir a Bancada Federal, tanto na Câmara dos Deputados, ter humildade todos nós, humildade, para sentar, reunir com os três Senadores da República, que, inclusive, são da Bancada do Governo Federal, e solicitar isso. Eu acho que essa é uma ideia interessante que devemos fazer.

Agora, com relação, Secretário... Eu queria só fazer a minha ponderação, porque estou vendo essa discussão toda de que o Estado deixou na conta isso; o Governo passado deixou, não deixou... Eu vou falar um negócio com toda franqueza do mundo: eu não acredito que teve recurso em caixa do Governo passado, o meu posicionamento, o meu pensamento. O atual Governo do Estado está dizendo que não teve. O senhor acabou de dizer que tem que verificar isso certinho, porque não tem um superávit de trezentos e trinta e sete milhões, uma coisa toda.

Então, eu só quero colocar o meu posicionamento... Tudo bem, hoje o Estado está com dificuldade, senão, não teria tanta dificuldade para pagar as pessoas com quem está hoje. Porque hoje se o Estado não paga as empresas, senhores, elas correm o risco de fechar. Muitas empresas demitindo e isso é ruim para o Estado de Mato Grosso.

E vendo o momento que hoje o Governo Federal não ajuda com a liberação de recursos federais, o Governo do Estado não consegue ter um recurso adequado para depois fazer os pagamentos para as empresas, imaginem lá na ponta! Lá no interior do Estado de Mato Grosso que depende do Governo do Estado, do Governo Federal para a vinda dos recursos. Não acontece nada! E aí o Estado vive uma dificuldade muito grande. Por exemplo, hoje não tem jeito de eu ir embora para a minha cidade.

Eu não consigo ir para Tangará da Serra, Secretário! Eu não consigo! Se eu for lá é porrada de todo lado. Estou tendo de me esconder. Daqui a Tangará da Serra são duzentos e quarenta quilômetros de buracos, de acidentes e isso atrapalha o Governo do Estado. Eu pensei: se eu fizer um tapa-buracos aqui vou ofender, vai ficar chato e fica ruim.

Um cidadão de Tangará da Serra que bateu o carro num buraco e estouraram três pneus de uma vez só, eu nunca vi isso, mas três pneus de uma vez só e acontece, ele está revoltado e tem razão. Falou, também, que o Deputado Wagner Ramos já comprou avião, porque não anda nessa estrada. Se andasse nessa estrada não ia deixar a situação dela nessa condição (RISOS).

Por isso, eu vejo e acredito no Governo, na dificuldade que se tem com relação a esse recurso, porque se tivesse o Governo estava fazendo. E eu não acredito nessas informações de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

que o Governo deixou dinheiro, deixou superávit e tal. Eu acho que não deixou nada, porque a situação está tão caótica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Deputado Wagner Ramos.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, indago se algum participante quer interpelar o Secretário ou o nosso Secretário Adjunto. Fique à vontade! A Audiência Pública foi feita para a sociedade mato-grossense.

Dentre os inscritos, nós temos os Deputados Silvano Amaral e Wilson Santos.... O Deputado Nininho chegou por último, mas é 1º Secretário. Então, com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder as suas perguntas.

O SR. NININHO - Obrigado.

Em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente desta Comissão, cumprimento todos demais colegas Deputados; em nome do nosso Secretário Paulo Brustolin, cumprimento todos os demais componentes da mesa.

Só a título de informação com relação à questão do FEX, Secretário, este final de semana nós estávamos reunidos e um dos assuntos debatidos era essa questão do FEX.

O FEX nós sabemos que se passou uma regra e o Governo Federal, realmente, não vai cumprir com os Estados o repasse de 2014. A esperança é 2015. Tem que apelar para 2015.

Então, o que está sendo debatido lá e conversado é para que se antecipe, porque normalmente o FEX, Deputado Wilson Santos, é passado todo o mês de dezembro de cada ano. Ele só é repassado no final do ano.

Então, está sendo feito um pleito no Tesouro, do Governo Federal, para que se antecipe agora e faça uma parcela neste quadrimestre desse pagamento do FEX que está sendo estudado pelo Ministro Levi.

Então, eu acho que essa é a demanda da Bancada Federal, Senador Wellington Fagundes, junto com o Senador Blairo Maggi, o Deputado Federal Adilton Sachetti, que está trabalhando lá para que consiga dividir esse repasse do FEX, Paulo.

Eu acho que seria de bom tamanho, principalmente para nós aqui que temos um Estado com um fator climático... Quando esse dinheiro chegar, em dezembro, no período das chuvas, não se terá mais condições de fazer manutenção em rodovias, e o dinheiro só vai poder ser aplicado a partir de março, abril do ano que vem. Aí vai acabar trazendo uma situação muito pior do que está hoje. Precisaria desse recurso justamente agora para aproveitar essa janela de quatro, cinco meses, ainda, para se fazer essa manutenção.

Então, era só a título de informação. Mas o que há de esperança é torcer para que isso ocorra de imediato, pelo menos parte desse recurso para fazer a manutenção dessas rodovias.

Eu acho que o Governo... Em minha visão, Secretário, como é a principal figura que comanda o cofre, o senhor tem que sugerir ao Secretário Marcelo que neste momento tem que se focar na manutenção de rodovias. Senão, não adianta construir novas rodovias se não se cuidar do que está pronto. Tem que cuidar e fazer essa manutenção, porque se passarmos mais um período de chuvas nós vamos perder um grande patrimônio deste Estado, que são as rodovias. Demorou muitos anos para conquistar esses pavimentos que estão se perdendo - como disse o Deputado Wagner Ramos, são muitos trechos - e o prazo está ficando muito curto. Não dá mais. Se demorar um pouco mais para definir critérios e onde vai atacar essas obras para fazer, não dará mais tempo para fazer antes do período das chuvas. Então, tem que se concentrar na manutenção dessas rodovias.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, 1º Secretário Deputado Nininho.

Passo a palavra agora para fazer sua pergunta o nobre Deputado Silvano Amaral.

Logo em seguida o Deputado Wilson Santos e o Deputado Oscar Bezerra.

O SR. SILVANO AMARAL - Boa tarde a todos!

Secretário, eu gostaria que o senhor fizesse um esclarecimento sobre essa pequena capacidade de investimento do Estado.

Nós tivemos aí, e eu até quero conferir aqui, que está previsto ao Estado, que a capacidade de investimento do Estado, as despesas de investimentos, é muito pequena.

Eu gostaria que o senhor pudesse fazer esse esclarecimento de o porquê estamos nesse grau tão pequeno de investimento, se está conectado à questão dessas obras que estão começando agora.

Qual é o fator, a condição para que esteja acontecendo isso?

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Obrigado, Deputado Silvano Amaral, pela colocação.

Realmente, ontem a Folha de São Paulo - eu colocava aqui na entrada para os jornalistas - publicou um *ranking* de investimentos dos Estados no primeiro quadrimestre em cima dos balanços do Brasil.

Como é que foi feita essa avaliação? Ela foi feita da seguinte forma: se pegou aquilo que o Estado investiu ao longo do ano de 2014, se comparou ao longo do primeiro quadrimestre de 2014 com o primeiro quadrimestre de 2015.

Evidente que neste primeiro quadrimestre Mato Grosso seria um dos Estados que realmente fez um investimento menor. Por quê? Porque nos primeiros cem dias, na verdade, no primeiro dia de Governo houve a publicação dos Decretos nºs 02 e 04, que assinou o Governador Pedro Taques e vários Secretários - eu assino os dois Decretos -, para que tivéssemos a oportunidade de fazer uma avaliação nos principais contratos do Estado de Mato Grosso.

Realmente fizemos uma avaliação na curva "A" praticamente de todos esses contratos. Mas acredito que no segundo quadrimestre teremos uma avaliação muito mais positiva desse investimento, porque já fizemos a revisão orçamentária da SINFRA, da Secretaria de Infraestrutura.

Para os senhores terem uma ideia, na LOA a SINFRA tinha um orçamento projetado para este ano de cento e vinte e seis milhões de reais. Juntamente com o Secretário de Planejamento, o Secretário Marrafon, e a Secretaria de Fazenda, a SINFRA para este ano nos próximos meses tem trezentos milhões de reais. Nós revisamos o orçamento da SINFRA.

A mesma coisa aconteceu na SECID, na Secretaria das Cidades, do Dr. Chiletto.

A Secretaria das Cidades, para o senhor ter uma ideia, tinha trinta milhões para terminar as obras da Copa para 2015, Deputado Zé Domingos Fraga - trinta milhões. Não dá para terminar as obras que ficaram com trinta milhões.

Então, nós elencamos as obras, exceto o VLT, e o Dr. Chiletto hoje tem oitenta e seis milhões de reais, foi revisto o orçamento, para terminar todas as obras da Copa em 2015 que por ventura ficaram abertas, algumas trincheiras que ainda estão abertas, a questão do Despraiado, entre outras. Todas essas obras ele terá condições de fazer o enfrentamento.

Então, eu não vejo como preocupante essa divulgação. Eu vejo como uma questão estática que não levou em consideração o que o Governo do Estado realmente fez, que é buscar

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

austeridade, que é buscar fazer um investimento do recurso público com transparência, colocar esse recurso público de uma forma efetiva e eficaz na ponta.

Essa é a determinação do nosso Governo, do Governador Pedro Taques, e eu acredito que com isso aí nós economizaremos uma série recurso para o Governo do Estado. Mas o Governo não está parado, o Governo está andando e terá muita velocidade nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

Eu quero pedir desculpas para a plateia por causa do calor. Além do projeto de contenção de despesas implementado pelo Deputado Guilherme Maluf, o problema aqui é o Deputado Wilson Santos que está gripado e não quer que ligue o ar-condicionado.

Como ele tem que ir ao médico, passo a palavra ao eminente Deputado e Líder do Governo Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo aqui a mesa em nome do Presidente Deputado Zé Domingos Fraga e do Secretário de Estado Dr. Paulo Brustolin.

Eu fico observando, Deputado Silvano Amaral, sobre a capacidade de investimento.

Essa é uma coisa importante. O Estado precisa recuperar essa capacidade, mas este ano, este momento é um momento de freio de arrumação.

Eu tenho visto muitos governos que começaram muitíssimo bem e afundaram no decorrer.

O Que o Governo precisa fazer é o que tem que ser feito no primeiro ano, não pode deixar para o segundo ano, é diminuir o tamanho do Estado. E o Governo teve a coragem de acabar com mais de mil cargos políticos, fundiu secretarias, está economizando em tudo o que é possível, inclusive gastos com alimentação do gabinete do Governador foram reduzidos em mais de 80%.

Fui prefeito de Cuiabá por cinco anos e no primeiro ano, Secretário Paulo Brustolin, não realizei nenhuma obra física, zero - zero! Três anos depois fui reeleito Prefeito e fiquei com oito por cento a mais de votos do que fui eleito, porque é preciso fazer no primeiro ano os ajustes, doa a quem doer.

Se não fizer, vai ter dor na cabeça lá na frente e nossa corrida não é de cem metros, nossa corrida é maratona, são quarenta e dois mil metros a corrida.

E essa capacidade de investimento vai ser readquirida a partir que gastemos menos, a medida que modernizar a máquina arrecadadora, a medida que melhorarmos a relação com a Bancada Federal, a medida que se combata a sonegação na sua origem, as renúncias, enfim.

E nós vamos readquirir, eu não tenho dúvidas disso. O Governo Pedro Taques começou certinho, não pode se contaminar com algumas críticas sem nenhum fundamento, como esta matéria aqui neste *site*.

Tem jornalista que não entende de economia, não entende de polícia, não entende de esporte e quer falar do que não sabe. Certo?

Então, na própria matéria aqui do *site Folhamax*. Eu espero que não seja maldade, porque eu até conheço o pessoal e é um pessoal de coração bom - todos deverão estar no reino do céu. Espero que não seja maldade, mas olha só, faz a seguinte chamada: “TCE vê trezentos e setenta e sete milhões deixados por Silval em caixa, em caixa, em caixa!”

O jornalista que não é da área não pode cobrir prestação de contas. Vai cobrir futebol, boxe, MMA, UFC. Tem tanta coisa boa, agradável, para cobrir. Não entende de economia,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

---

de finanças, não vai fazer isso, porque induz o leitor a um equívoco de interpretação. Ele não sabe a diferença de “em caixa”, para superávit. Ele não sabe, não sabe.

Diz aqui: “Por unanimidade o TCE emitiu parecer prévio favorável...” Quer dizer, ainda vem para a Assembleia Legislativa para serem votadas as contas. “...o voto dos Conselheiros e Relator contrariou o Ministério Público de Contas, que pediu a rejeição do balancete”. O Ministério Público de Contas, do nosso Tribunal de Contas, ao analisar exaustivamente, meses a fio, solicitou a reprovação das contas do Silval. Então, a indicação foi pela reprovação das contas do Ministério. Mesmo assim o Tribunal acabou aprovando. ...e as contas de 2014.

Muito bem! E aí diz aqui - achei um erro crasso isso aqui -: “O conselheiro relator Antonio Joaquim destacou que a gestão passada deixou um superávit no exercício de 2014. Segundo relatório apresentado, o superávit apresentado na gestão foi de trezentos e setenta e sete milhões de reais.” Então vai o jornalista, que não entende nada disto aqui, e diz que Silval deixou trezentos e setenta e sete milhões em caixa. Poxa, gente! A nossa imprensa já está em nível nacional, exige melhores profissionais! Essa matéria aqui vai ser vista por quinhentas ou seiscentas pessoas. Não são poucas pessoas que acessam o *site*, pode chegar até mil pessoas que podem ler essa matéria! São centenas que serão induzidas ao erro. “Ah! Mas eu não entendo nada de superávit. Redator, não me mande para lá, eu não entendo nada disso, eu entendo de polícia, eu entendo de futebol”. Ele próprio, o profissional tem que dizer: “Eu não entendo, eu vou fazer uma matéria errada.”

Um absurdo isso aqui, um absurdo!

Então, eu gostaria de esclarecer isso aqui, além de um monte de outras observações. A Assembleia Legislativa, no ano passado, deu 4,7 bilhões de autorizações para suplementação, um terço. Quando eu fui Prefeito, a Câmara Municipal me dava 5%, 10%, oxalá, algum ano ter dado 20%. Não é praxe o parlamento se entregar tanto assim ao Executivo. Não existe isso!

Eu vou propor aqui uma redução dessa suplementação, não pode ser tão flexível. Ou então não tem mais que mandar LOA para cá nem LDO. Para quê? Se o Executivo tem direito de mexer em quase 50%, a bel prazer, o que a Assembleia Legislativa faz? Não tem papel nenhum o Parlamento! Uma bobagem apreciar LDO, apreciar LOA, se, ao final, você concede, Deputado Zé Domingos Fraga, tudo isto. Um absurdo! Um absurdo!

Eu quero perguntar ao Secretário Paulo Brustolin sobre o projeto da seguridade dos servidores - inclusive, o Presidente do MT Prev encontra-se aqui -, porque a Assembleia Legislativa recentemente criou esse fundo, é um fundão, que vai envolver todos os Poderes mais o Tribunal de Contas, e parece-me que nessa prestação da gestão fiscal nesse primeiro quadrimestre também haveria uma informação sobre esse dado da Seguridade. E eu acabei nesse entra e sai para tomar remédio, daqui e ali, e não percebi essa informação. Se pudesse ser renovada essa informação, eu gostaria de saber porque é uma área extremamente preocupante em nível mundial, o mundo inteiro está preocupado. Todos nós vivendo mais, aliás, muito mais, e o erário estadual não suporta a médio prazo arcar com as despesas da seguridade. O que pretendemos fazer?

Então gostaria, se fosse possível, reportar, renovar a fala sobre a seguridade. Muito obrigado.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Deputado Wilson Santos, muito obrigado pela sua fala inicial. Esteja certo de que o seu sentimento externalizado aqui é o nosso sentimento também com relação a esses acontecimentos todos que o senhor muito bem narrou.

Especificamente quanto à questão da seguridade social, eu confesso, Deputado Wilson Santos, que até tenho um slide aqui e depois o Carlos pode fazer uma apreciação para nós.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Mas eu quero fazer um comentário rápido que é o seguinte: preocupa-me muito, enquanto técnico, essa questão.

O Estado de Mato Grosso terá que fazer, realmente, um enfrentamento muito sério, sob pena de a falta de responsabilidade nessa condução gerar um problema não em curto prazo, Deputado Wilson Santos, embora já tenhamos um problema aí, o senhor vai ver ali que são mais de duzentos e vinte milhões de reais no primeiro quadrimestre que saiu do Tesouro para fazermos esse enfrentamento, mas a médio prazo. Nós corremos o risco de, não organizando com clareza a nossa previdência do servidor, vamos falar assim, podemos ter um problema grande daqui a alguns anos de o servidor se aposentar e não termos dinheiro para pagar a aposentadoria dele.

Então, temos que encarar de frente esse problema, com muita seriedade e fazer essa organização dentro do arcabouço legal que a Assembleia Legislativa determinou, e o Governo Pedro Taques o fará.

Carlos, eu vou passar a palavra para você fazer uma apresentação dos números aí.

A SRª ANÉSIA CRISTINA BATISTA - Boa tarde!

Eu sou Anésia Cristina, Contadora-Geral do Estado do Governo Pedro Taques. Vou falar um pouquinho sobre os números. Na verdade, nós temos aqui as informações relativas à previdência. Isso aqui está na FIPLAN, que é o nosso sistema oficial, e aí faço uma ressalva de que nem todo mundo está atualizando o FIPLAN dos Poderes.

Na receita nossa hoje nós temos um déficit na previdência, déficit esse - eu estou falando do Executivo -, que no Executivo nós rateamos entre todas as unidades orçamentárias do Executivo. Então de receita nós tivemos, até o primeiro quadrimestre, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, tivemos uma despesa que setecentos e seis milhões e um déficit de duzentos e vinte milhões. Então parte desse déficit é aportado com Recursos do Tesouro, porque o Tesouro tem que contribuir com a Fonte-100, que tem que ajudar a bancar.

Então, assim, eu já assisti à palestra do MT Prev, vi as iniciativas que precisam para o fundo funcionar e realmente a situação hoje é grave. Nós temos acompanhado, isso aqui é só o primeiro quadrimestre, mas nós temos, se não me engano, quinhentos milhões de déficits previstos, o que realmente é uma situação... E isso aqui é uma informação que nós temos do ISSSPL, que é da Previdência daqui; do nosso FUNPREV; e acho que do Tribunal de Contas, praticamente.

Esse aqui é o total de aporte que foi feito na Fonte-100, cento e sessenta e nove milhões e o déficit dele duzentos e vinte milhões.

E aqui nós temos alguns probleminhas também. O que acontece? O pessoal já deve ter conhecimento disso, quando você fala com a Secretaria de Gestão, antiga SAD, nós temos com a União um valor a menor. Nós aquele problema de quando dividiu o Estado. Nós temos o recurso que nós recebemos e o recurso que nós recebemos nós recebemos menos do que nós desembolsamos por questões de que a União não reconhece certos aumentos, quando nós damos um aumento para a carreira do ativo, automaticamente o inativo também cresce, mas isso ninguém vê. E a União não acata todo esse aumento. Então nós temos um déficit em relação ao recebimento da União; temos um problema com o recebimento da parte que ficou com Mato Grosso do Sul, na época da divisão, e tudo isso impacta. Fora isso, o crescimento da folha. O nosso crescimento da folha automaticamente repercute aqui. Às vezes se dá um aumento, a categoria reclama, nós pensamos no impacto do ativo, mas tem aqui o efeito colateral do inativo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Dando continuidade a nossa Audiência Pública, peço licença ao Deputado Oscar Bezerra para que possamos convidar Nair

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Moraes, que é Assessor Especial da SEFAZ. Se ele quiser fazer perguntas, tem três minutos, e o Secretário Adjunto Carlos Antônio da Rocha tem cinco minutos para responder.

O SR. NAIME MORAES - Boa tarde a todos!

Cumprimento, na pessoa do Presidente, os demais membros da mesa, senhoras e senhores. Na verdade, aproveito este momento não para fazer um questionamento, mas para oportunizar um conhecimento maior do que o Estado de Mato Grosso tem feito e está fazendo, especialmente a Secretaria de Fazenda em conjunto com outros Poderes.

Importante destacar aqui, gostaria também que o Secretário Paulo Brustolin ressaltasse, essa questão da importância da PGE hoje dentro da SEFAZ. Nos anos anteriores, este Escritório de Advocacia do Estado de Mato Grosso ficou alheio, ficou à deriva. Na verdade, o Dr. Patrick, hoje, faz um esforço tremendo para tentar suprir as demandas, porque está totalmente sucateado. A condição em que se encontravam até a mudança para a sede da SEFAZ era totalmente periclitante, insalubre, caótica, ao ponto do Corpo de Bombeiros e demais órgãos de controle quase expulsá-los do local de trabalho pelo fato de o ambiente ser insalubre, péssimo para o trabalho.

Isso resultou - essa mudança da PGE para a SEFAZ - em uma economia de, aproximadamente, mais de dois milhões, dois milhões e meio de reais, se considerarmos a questão de aluguel, despesas como vigilância, despesas com limpeza, material, água, luz, etc e tal.

Então, estou levantando isto, apenas, para mostrar que numa visão míope, equivocada, distorcida anteriormente, o Escritório de Advocacia, que é um escritório importantíssimo, tanto defende o Estado como busca a receita para o Estado, ou seja, um implemento de arrecadação, nas mais diversas ações.

Hoje, só para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, mais de cinquenta mil processos judicializados, mais de cinquenta mil processos. Por conta disso, para não me alongar, nós teremos agora, daqui a alguns dias, o Mutirão Fiscal, que é uma ação conjunta da PGE, Secretaria de Fazenda, Tribunal de Justiça e que contará com a presença, pela primeira vez no Estado de Mato Grosso, da Ministra Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Sr<sup>a</sup> Nancy Andrighi.

Então, esse projeto todo visa o que? Visa arrecadar; visa otimizar; visa no sentido de que teremos, também - é importante ressaltar -, a participação gratuita dos acadêmicos da Universidade de Cuiabá num convênio que está sendo feito em parceria com a SEFAZ e a UNIC, onde os estagiários estarão prestando serviços à comunidade, à sociedade gratuitamente. Eles terão a oportunidade de aprender e, também, de prestar esse serviço.

Então, oportunizando, se o Secretário quiser e puder, poderá falar mais sobre essa questão.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Sr. Naile.

É um assunto que não é específico da nossa Audiência Pública, mas é um assunto relevante, até porque vai ajudar na impactação de forma positiva da arrecadação da Receita Corrente Líquida do Estado.

Eu passo a palavra ao nobre Deputado Oscar Bezerra para que possa fazer os seus questionamentos com relação a Audiência Pública.

O SR. OSCAR BEZERRA - Secretário; nobre colega Deputado Zé Domingos Fraga, em seu nome eu cumprimento os demais Deputados presentes.

Secretário Paulo Brustolin, eu o agradeço em nome de todos os servidores da Secretaria de Fazenda que aqui se encontram.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Eu queria pontuar, Secretário, sobre a importância que nós, num conjunto de esforços, precisamos, realmente, nos redobrar. Aquela Câmara Temática que nós propusemos, recentemente, o Deputado Zé Domingos Fraga e eu, para debater a questão tributária do Estado de Mato Grosso, ela precisa ser discutida amplamente. Precisamos discutir todos os critérios que, hoje, estão sendo aplicados de um modo geral, até porque nós temos aqui centena ou milhares de comerciantes que, muitas vezes, têm toda carga tributária em cima imposta e setores específicos da nossa economia sem absolutamente nada, absolutamente nada de tributação.

Então, nós vamos ter que rever tudo isso, Secretário Paulo, porque, realmente, ninguém tem uma varinha de condão para fabricar o dinheiro. Realmente, o dinheiro vem dos produtores, das pessoas que estão, hoje, com as suas portas abertas.

Agora, não podemos ter somente as portas abertas. Existem, por exemplo, pessoas que nessa questão econômica do FEX, que é um entendimento do Governo Federal para dar subsídio do que as exportações levam do nosso Estado, mas nós vamos ter que criar mecanismos com essa Câmara e, de repente, tributar uma parcela disso aí, Secretário Paulo Brustolin, porque, senão, infelizmente, o Estado não conseguirá atender as demandas existentes que são inúmeras, muitas e está ficando difícil, Secretário, justificar lá na ponta.

Esta semana me ligou o pai do Marcelo, um jovem de 19 anos que faleceu num acidente na MT-170, cobrando explicitamente. Ele só falou assim: “A culpa é sua daquele buraco estar ali.”. Já está saturando. Está difícil explicar para uma mãe de família que tem, hoje, o seu filho numa policlínica sem atendimento médico e, muitas vezes, sai com ele num caixão, que o Governo não está tendo recurso para fazer, realmente, as contratações dos profissionais que precisa para melhorar a questão do atendimento.

Está difícil, Secretário Paulo Brustolin, explicar para uma centena de madeireiros que está fechando suas portas por que o órgão ambiental não contratou trinta, quarenta técnicos para avaliar os projetos de manejo e o setor vai quebrar. O reflexo disso não é vem agora. Agora, ainda, eles estão recolhendo em função do crédito anterior. Será quando, realmente, não tiver recolhimento do ICMS, porque não tem manejo para vender, para escoar a produção.

Então, nós precisamos unir as forças no interesse, realmente, de tentarmos resolver definitivamente essa questão da receita e a sua aplicação de forma que possamos contemplar as pessoas que estão lá na ponta.

Então, para ser objetivo, quais as medidas, Secretário Paulo Brustolin, emergenciais com relação a essas questões que eu abordei, por exemplo, profissionais na área de Saúde, profissionais específicos na área ambiental, para darem o mínimo necessário de condições para o Estado não parar na sua opinião?

Este é um questionamento.

E quais as eventuais fontes de alternativa de arrecadação que senhor vislumbra, hoje, dentro da esfera governamental que é possível fazer um trabalho forte e ampliar essa arrecadação, doutor?

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - Deputado Oscar Bezerra, obrigado pelo questionamento.

Eu quero me solidarizar com as suas palavras aqui, Deputado.

Eu gostaria de deixar claro que, enquanto cidadão, aceitei o convite do Governador Pedro Taques e o desafio de buscar contribuir para a Gestão Pública.

Eu não sou servidor público de carreira. Eu sou um Executivo que vem da iniciativa privada, mas aceitei esse desafio, Deputado, porque, também, enquanto cidadão, estou

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

cansado de tudo isso que o senhor colocou. Eu estou cansado disso! Por isso eu tenho trabalhado quatorze, quinze, dezesseis horas por dia dentro da Secretaria de Fazenda. E tenho certeza que todos os meus colegas, Secretários do Governo Pedro Taques, estão imbuídos em construir um Estado melhor.

Também, sei, porque já tenho cabelos brancos, que os desafios são enormes, mas estamos dispostos a fazer todo o enfrentamento necessário para que se mude o Estado de Mato Grosso.

Eu poderia falar por horas aqui sobre vários aspectos; poderia falar por horas sobre corrupção; poderia falar sobre malversação dos recursos públicos, mas o que eu posso lhe dizer é o seguinte: a Secretaria de Fazenda, a Pasta que eu comando, tem um planejamento claro. Eu assinei com o Governador Pedro Taques e com os cinco Secretários Adjuntos que compõem a Secretaria de Fazenda um Contrato de Gestão, a versão 01, que tem mais de duzentas e trinta iniciativas da Secretaria de Fazenda.

Não teria tempo hábil para falar de todos eles, mas quero falar de dois especificamente.

O primeiro é na questão da Legislação Tributária. Enquanto Executivo na ponta eu falo para o senhor, eu não tenho dúvida que nós vamos fazer uma reforma tributária no Estado de Mato Grosso e é preciso o empresário ter clareza naquilo que é legislação. E nós vamos criar um ambiente para investimento no Estado de Mato Grosso saudável. Mato Grosso será um dos melhores Estados para se investir.

Ontem, para o senhor ter um ideia, eu estava às 21:00 horas na Secretaria, juntamente com o Secretário Seneri Paludo, discutindo toda essa estratégia de revisão do nosso Código Tributário. Vai ser um trabalho, do ponto de vista do Governo, realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. E queremos, sim, contar com o apoio da Assembleia Legislativa. Aliás, a Assembleia Legislativa é fator determinante, porque ela representa toda a nossa sociedade.

Agora, o segundo aspecto que eu quero enfatizar é o seguinte, Deputado: nós precisamos tratar o contribuinte como um cliente e isso tem que ser permeado em toda a esfera do Governo.

Eu, especificamente, dentro da Secretaria de Estado de Fazenda e o empresariado todo do Estado, principalmente os empresariado aqui - conheço quase todos os empresários aqui da Baixada Cuiabana pelo cargo que exerci no passado, antes de estar no Governo - precisa ter um atendimento melhor. E na Secretaria de Estado de Fazenda nós criamos uma Secretaria Ajunta de Atendimento ao Cliente que tem o compromisso em prestar um serviço público de qualidade. O empresário não pode ser atendido: por favor. Ele tem que ser atendido como aquele que gera emprego, que gera renda e que contribui para o desenvolvimento econômico. Estamos fazendo um trabalho forte.

Eu não gostaria, neste momento, de entrar sobre as outras Secretarias. Mas, eu posso lhe dizer uma coisa: o espírito de fazer mais com menos, de fazer com seriedade, está permeado por todo o Governo Pedro Taques. Porque o Governador, que é o nosso grande líder, sempre deixou muito claro o que quer, o que espera do secretariado e dá o exemplo.

Eu tenho visto o Governador trabalhar quase vinte horas por dia. Eu já falei para ele que precisa descansar também. E nós vamos virar tudo que está aí, Deputado.

Agora, eu quero só falar uma coisa que passa pela minha área que é a questão das estradas, que o senhor falou, a questão dos investimentos, da política de investimentos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Eu tenho defendido a ideia dentro dessa nova legislação, dessa revisão do FETHAB, que nós temos que mudar a discussão. Nós não temos que fazer mais do mesmo, porque a discussão até pouco tempo atrás estava pautada, vai ficar com o Estado, vai ficar com o município esse recurso. Não, senhores! A discussão, primeiro, tem que começar da seguinte forma: qual é a necessidade de investimento que o Estado de Mato Grosso tem?

Eu coloquei isso com muita clareza para o nosso Vice-Governador, Carlos Fávaro, o que eu pensava; para o Secretário Marcelo, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, e hoje nós temos certeza de um número, nós precisamos, no mínimo, doze bilhões nesse modal de logística. O Secretário Marcelo, hoje, tem esse estudo concreto.

O Deputado está colocando aqui: “Brustolin, para entregar todo o modal, quinze bilhões”.

Nós precisamos ter uma forma diferente de pensar, senhores. Nós precisamos inovar. Sabem por que nós precisamos inovar? Porque o dia que o Estado de Mato Grosso fizer esse investimento, nós seremos comparados ao meio oeste americano. Quem tem investimentos aqui, quem gera emprego, quem tem propriedades no Estado de Mato Grosso, verá o seu patrimônio multiplicado.

E mais do que isso, Deputado, o custo de não fazer, que é esse buraco que está lá na estrada, eu tenho certeza que por contas, hoje, feitas por várias entidades, eu poderia falar da Federação das Indústrias, da APROSOJA, da FAMATO, o custo de não fazer, Deputado, é maior do que o investimento.

Então, nós precisamos - eu comentava aqui com o Deputado Zé Domingos Fraga - ser criativos. Nós precisamos ter outra postura frente ao Estado, porque, às vezes: “não, não... Tem contribuição de melhoria, tem uma série de pontos que nós precisamos discutir.

Mas o debate, especificamente do FETHAB, temos que lembrar o seguinte: o custo de não fazer é maior do que o investimento a ser feito.

Bom, só para fechar, só para não deixar o Dr. Naime sem resposta, eu queria dizer o seguinte: Procuradoria Fiscal, quatorze bilhões de reais aproximadamente no balanço do Estado de Mato Grosso. Quatorze bilhões de reais. Eu me assustei que em fevereiro eu pedi um relatório para saber quem é que devia ao Estado dentro da Procuradoria Fiscal.

E, Deputado Zé Domingos Fraga, eu não tinha o relatório. Eu não sabia o que eram aqueles quatorze milhões. Trouxemos a Procuradoria Fiscal para junto da Fazenda. Como isso? Eles iam alugar outro espaço, porque estavam trabalhando em condições insalubres lá. Dois milhões e meio de reais por ano, mais seis meses para mudar. Eu falei: não, Dr. Patryck, eu vou ajudar o senhor. Vou trazer a sua equipe para cá e vou conseguir um espaço na Secretaria de Fazenda.

O que é que nós fizemos? A Escola Fazendária foi refeito o *layout* dela, aquilo que estava em três andares está funcionando hoje da mesma maneira em dois andares e o terceiro andar da Escola Fazendária foi cedido para a Procuradoria Fiscal a custo zero, sem um real de custo para a Procuradoria Fiscal funcionar no Estado de Mato Grosso. Temos cento e oito pessoas trabalhando hoje e estamos agora integrando o sistema da Procuradoria Fiscal com o da Fazenda.

Eu quero que o empresário seja bem atendido. Amanhã, quando ele for tirar uma certidão, que ele possa ter a certidão dele da Fazenda e da Procuradoria Fiscal conjuntas. Mas, quero, também, que aquele mau pagador, devedor, cumpra o seu papel social, porque o Estado precisa fazer as políticas públicas, Deputado.

Agora, se não cobrar aquilo que é de direito, ele não vai fazer. Tem quatorze bilhões aí! Resolveríamos o problema de logística se esses créditos todos fossem ok, porque nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.

---

temos que fazer uma depuração disso; resolveríamos o problema de logística do Estado de Mato Grosso. Quantos hospitais nós teríamos feito! Quantas melhorias na educação! Inúmeras. Agora o Estado tem que fazer bem o seu papel, tem que cobrar.

Dois casos que estão dentro do SIRA hoje, só dois casos, duas empresas, é uma discussão, senhores, de um bilhão de reais. Um bilhão de reais de recursos, que uma grande parcela é pública, mas que não está dentro do caixa do Estado para gerar políticas públicas para a população.

Então, queria agradecer como fui bem recebido hoje, aqui, na Assembleia Legislativa, Deputado Zé Domingos Fraga; agradecer em nome da Secretaria de Fazenda e do Governo do Estado pela condução de hoje, aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

Antes de encerrar a nossa Audiência Pública, gostaria de fazer algumas considerações, porque entendo que são pertinentes.

Eu vejo aqui o esforço do Governo do Estado na revisão dos contratos; vejo o esforço do Estado no sentido de diminuir o custeio que teve um decréscimo de menos de sete por cento; vejo o esforço do Estado no aumento da arrecadação tanto do ICMS de 8,8%, da Receita Tributária, de 13,7%. Mas, ao mesmo tempo, me preocupa quando vejo o Governo do Estado aportando duzentos e vinte milhões para socorrer a previdência; quando vejo a nossa folha de pagamento crescendo em torno de 16,8%, aliada a uma saúde totalmente judicializada, que gasta em torno de setenta, oitenta milhões de reais por ano, e, também, preocupo-me que muitas das nossas propostas, encaminhadas por esta Casa, ainda não estão sendo assimiladas pelo Governo Pedro Taques.

O Governador Pedro Taques disse na cidade de Sinop, na sua terra natal, que o Zé Domingos é contra Fundos. Eu, de fato, sou contra os excessos de Fundos que foram criados aqui no Estado de Mato Grosso. Nós já mostramos para o Governo passado e para o Governo presente o quanto esses Fundos são prejudiciais, não só aos municípios, mas, especificamente, à saúde e à educação.

Hoje me preocupa quando vejo o Governador propondo criar Fundos Regionais justamente para fazer frente a desafios da logística mato-grossense, porque é preciso quinze bilhões de reais para pavimentar aproximadamente cinco mil quilômetros de rodovias, fazer setecentas pontes de concreto e recuperar - eu não me recordo mais a quantidade - estradas já pavimentadas. Preocupa-me bastante.

Além dos Fundos Regionais, que tem data para nascer e data para morrer, pensa-se em criar um novo FETHAB, ou seja, dividiria o FETHAB em dois: o FETHAB Município ficaria com o óleo diesel e o FETHAB Governo para a logística ficaria através das *commodities* agrícola.

Mas não podemos nos esquecer que todas as vezes que criamos um Fundo, a arrecadação desse fundo, por mais que seja específica, vai para a Receita Corrente Líquida e estaríamos passando mais recursos, sem sobra de dúvidas, para os Poderes, dentre eles a Assembleia Legislativa, e somando todas as vinculações dá em torno de 14% para os Poderes.

Então, é uma preocupação muito grande quando eu penso em enxugar fundos e vejo o Governo, muitas vezes no intuito de atender a demanda do Governo do Estado, muitas vezes até vindo ao encontro das iniciativas do setor privado, propondo criar vários Fundos no interior deste Estado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Outra preocupação, Secretário, que eu tenho é justamente com relação às operações de crédito que não aconteceram, não só as operações de crédito, como também as transferências de capital, os convênios que não aconteceram. Preocupa-me.

Parece-me que em função de uma vontade política do Governo Pedro Taques o Estado de Mato Grosso está sendo penalizado.

Espero que essa condição de levar o Estado de Mato Grosso ao sacrifício não seja uma particularidade do Estado de Mato Grosso.

Talvez por sermos um Estado periférico, e infelizmente não agregamos valores naquilo que fazemos com muita competência, que é produzir proteína animal e vegetal, aliados também à baixa representatividade de política que nós temos no Estado de Mato Grosso, levando-se em consideração a representatividade política do Centro-sul do País e do próprio Nordeste. Temos uma bancada diminuta, em que pese o esforço e também a fala do Deputado Eduardo Botelho, mas eu sinto que a bancada de Mato Grosso, na sua maioria, é de parlamentares de primeira viagem, além disso, é uma bancada bastante diminuta, se levarmos em consideração as bancadas do Nordeste, do Norte e até mesmo do Sudoeste. É uma bancada realmente bastante pequena, que não tem a força, não tem a representatividade que o Estado de Mato Grosso precisa para poder continuar contribuindo com o *superávit* da balança comercial.

Por último, a questão dos incentivos fiscais.

Eu volto a dizer que nós precisamos, de fato, fazer a lição de casa. Estamos propondo na nossa LDO, virá no Orçamento uma redução com relação ao que foi concebido na Lei Orçamentária exercício 2015, mesmo assim estamos proporcionando cerca de um bilhão e sessenta milhões de renúncia no ano que vem, ainda levando em consideração que esse incentivo vai justamente para a região mais privilegiada do Estado de Mato Grosso.

Com isso, Secretário, nós não vamos conseguir financiar principalmente a saúde do Estado de Mato Grosso.

Estamos participando como Relator de uma CPI que está não só discutindo os repasses da saúde para os municípios, mas também para as Organizações Sociais da Saúde, eu já cheguei a conclusão de que 12%, como nós estamos vendo aqui na lei orçamentária, em que pese terem sido liquidados menos de 12%, mas nós temos o resto do exercício para chegar a 12%, a 14%, 16%, que não financia a saúde no Estado de Mato Grosso, ainda mais com a vontade que tem o Governador Pedro Taques de melhorar o repasse para os municípios. Hoje repassa-se até 10% para atender a atenção básica e a média complexidade.

E tenho certeza que neste quadro ora apresentado, em que pese o aumento da receita e diminuição da despesa, não vamos conseguir fazer com que aquilo que é vontade do Governador Pedro Taques possa ser exteriorizado e ser colocado em prática na saúde, na educação e na logística deste Estado.

Mas eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência pela forma simplória, mas totalmente eficiente com que Vossa Excelência, junto com sua equipe, tem conduzido o destino da SEFAZ aqui no Estado de Mato Grosso.

O senhor tem sido um Secretário totalmente recíproco a esta Casa e tenho certeza que esta Casa não se curvará perante os desafios e os enfiamentos que a Secretaria de Fazenda terá.

Eu tenho discutido aqui, inclusive tenho aqui reiteradas vezes peitado, muitas vezes, o Líder do Governo, porque no meu entender nós deveríamos revogar a Lei nº 10.207, uma lei totalmente protelatória, uma lei que tem trazido benefício a determinados segmentos em detrimento dos interesses maiores do setor produtivo e do setor econômico do Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 1º**  
**QUADRIMESTRE DE 20015, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H.**

---

Entendo que nós precisávamos revogar, trazendo algumas coisas boas da Lei nº 10.207, algumas coisas boas para a lei que instituiu o ICMS, a Lei nº 7.080, algo assim, para que de fato possamos fazer frente aos desafios que a sociedade mato-grossense nos impõe.

É importante o agronegócio no Estado de Mato Grosso, mas o agronegócio - não podemos deixar também de reconhecer - concentra renda e nós temos dezenas, milhões de cidadãos mato-grossenses que vivem praticamente sem renda neste Estado, que vivem na esperança de políticas públicas de isenção econômica, de políticas públicas que possam, cada vez mais, melhorar a vida dessa população. Sem recursos financeiros não vamos chegar lá.

Finalizando, eu quero aqui agradecer a presença do senhor, Secretário, agradecer a presença do Secretário Adjunto Carlos Antônio da Rocha, agradecer a presença do nosso Deputado Nininho, do Deputado Saturnino Masson, do Deputado Oscar Bezerra, do Deputado Eduardo Botelho, do Deputado Wagner Ramos, do Deputado Silvano do Amaral, do Deputado Wilson Santos, mais uma vez agradecer o Secretário Paulo Ricardo Brustolin, Secretário de Estado de Fazenda, Carlos Antônio da Rocha, Secretário Adjunto do Tesouro Estadual, Fernando Carlos Fernandes Dias, Secretário Adjunto da Administração Fazendária, Ronaldo Rosa Tavera, Presidente do MT Prev.

Quero, por último, agradecer a presença de cada um de dos senhores e em nome do Deputado Guilherme eu Maluf, Presidente desta Casa, declaro encerrada a nossa Audiência Pública.

Muito obrigado.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França.